

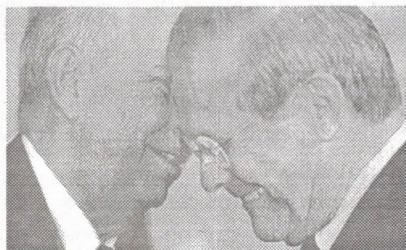


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XVI - Nº 297 - DE 10 a 24 DE ABRIL DE 2005 - R\$ 1,50

**O governo do PT/Lula mantém todos os princípios dos acordos do FMI: metas, juros, reformas etc. E se afunda no lamaçal da politicagem burguesa.**



Rumsfeldo no Brasil: aprovação da política do governo do PT/Lula

**Manifestação em São Paulo de protesto contra o FMI: PT/Lula consensuam não renovação de acordo e livram a cara do imperialismo.**



**Movimento estudantil se levanta contra os aumentos das tarifas de ônibus pelo país**



**Professores-SP: Combater a reforma do ensino**

**Movimento Estudantil:**

- 54º Coneg da UNE
- As tarefas do Conlute



**Internacional:**  
**Bolívia, Chile e Quirguistão**

## Quinzena de Lutas

### **Abril Vermelho: Sem terra iniciam nova rodada de ocupações em Pernambuco**

Os Sem-terra fizeram 11 ocupações no estado de Pernambuco, sendo nove lideradas pelo MST (Movimento dos Sem-Terra). Já a OLC (Organização de Luta no Campo) liderou as ações restantes e também bloqueou duas estradas.

Os dois movimentos esperam que, até o fim do "abril vermelho", 60 ocupações de propriedades sejam realizadas.

Pernambuco é um estado marcado pelas lutas agrárias. Basta lembrar das Ligas Camponesas e das inúmeras ocupações de terras realizadas pelo MST. A perda das terras, a repressão dos coronéis e a miséria dos trabalhadores rurais têm sido as causas dos frequentes conflitos nesse Estado. A utilização do método da ocupação é a via para impor as reivindicações dos camponeses pobres.

### **MST dá ultimato a Lula: "é agora ou nunca"**

O MST fez um ultimato ao Presidente Lula. Disse: se até junho o governo não cumprir sua promessa de realizar a reforma agrária no país, com a liberação de mais recursos para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, não haverá mais boa-vontade.

"É agora ou nunca", afirma João Paulo Rodrigues, uma das lideranças do movimento. "Mesmo que o dinheiro seja liberado no segundo semestre, não dará mais tempo para alcançar as metas do Plano Nacional de Reforma Agrária, que prevê o assentamento de 400 mil famílias até o fim do governo. Em 2006,

## Denúncias

### **Severino e Jucá**

O recém-eleito Presidente da Câmara de Deputados confirmou ter arranjado empregos no Estado para familiares. Questionado de nepotismo, respondeu que está dentro de seus direitos e, afinal de contas, seus apaniguados têm diploma universitário e são competentes para os cargos. O deputado do PP segue a mesma pegada de seu mestre Maluf. Por enquanto se revela um aprendiz. Usa de sua posição para resolver o problema de emprego para seus próximos.

Depois dessa bagatela, veio o estrondoso caso do recém-empossado ministro da Previdência Romero Jucá. Deu um desfalque de 18 milhões em empréstimos no Banco do Amazônia (Basa).

Jucá e seu sócio Getúlio Cruz do PT montaram uma falcatrua oferecendo várias fazendas em fiança. Fraudaram documentos com auxílio de um cartório de imóveis. E os administradores do Basa simplesmente fizeram vistas grossas. Na apuração das escrituras, cinco das sete tinham sido consideradas griladas.

Ao estilo das quadrilhas especializadas, o famoso senador e homem de confiança de FHC usou sua posição no Estado para pregar um golpe milionário.

### **A convivência do governo PT/Lula**

Em Roraima já havia, em 2004, um processo aberto por procuradores da República do estado. Agora, diante da confirmação das

por causa das eleições, a questão da terra será posta em segundo plano", falou o sem-terra.

O MST quer repetir o abril vermelho do ano passado, e prepara uma ofensiva do movimento para pressionar o governo petista a cumprir com as metas de assentamento. Embora o calendário de ações para os próximos meses ainda não esteja definido, rumores indicam que em meados deste mês até meados de maio poderão ocorrer algumas manifestações.

No dia 17 de abril, data do massacre dos 19 sem-terra em Eldorado de Carajás (Pará), a direção nacional do movimento planeja reunir 10 mil pessoas em Goiânia, para um ato de protesto. O movimento dos sem-terra prepara uma marcha até Brasília.

### **Liga camponesa quer "revolução agrária" em RO**

A Liga dos Camponeses Pobres (LCP) está aproveitando o "abril vermelho", para fazer uma campanha na defesa da necessidade de realizar a "revolução agrária" com a bandeira de "morte ao latifúndio".

Um de seus dirigentes diz que: "a Liga leva a coisa mais a sério, não é como o MST. Não depende de político, da igreja, não 'casamos' muito com o governo".

O aparecimento de outros movimentos camponeses, como esse, evidencia o crescente conflito no campo. A divisão dos camponeses em vários grupos se dá em função da experiência com a política majoritária do MST, que tem por detrás a Igreja e o reformismo petista.

denúncias, o procurador-geral da República, Cláudio Fontele, deu 20 dias para Jucá provar sua inocência.

Para que 20 dias?! O ministro de Lula tinha de apresentar imediatamente as documentações e provar que não deve os 18 milhões. Mas isso não é possível, já que o Bece confirmou a dívida não paga e a impossibilidade de executar a garantia.

Para que 20 dias? Não será para Jucá e seu sócio do PT terem tempo suficiente para montarem uma nova falcatrua?

Estamos diante de um ladrão, pertencente ao PMDB, um antro de larápios (Jarbas Barbalho etc), que montou uma quadrilha para saquear os cofres públicos. O Lula e seu partido abrigam ladrões em seu governo porque já fazem parte da bandidagem que permeia o Estado.

### **Retrato da decomposição burguesa**

Figuras com Severino, Jucá, Maluf (inocentado), Barbalho etc não surgem ao acaso. Ocorre que o Estado é dirigido por partidos oligárquicos, que permitem florescer todo tipo de quadrilha para negócios ilícitos que vicejam por todos os poros. Quanto mais alto o cargo, melhor para roubar o dinheiro público.

Estamos diante do apodrecimento da burguesia.

Enquanto o governo decreta o salário mínimo de fome, piora a previdência que já era péssima, taxa os inativos, mantém a saúde e

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

a educação na penúria, os detentores do poder ou roubam ou deixam roubar. Permitir o roubo é uma forma comum de fazer política e garantir alianças.

O PT e seu governo reproduzem essa condição de existência do Estado e da classe capitalista. Os trabalhadores começam a ver que foram iludidos. Trabalhamos por organizar os movimentos e conquistar independência política. A construção do partido proletário, revolucionário, é a condição para os explorados expulsarem os ladrões do Estado. Com a destruição do Estado burguês e constituição do Estado operário, toda economia passa para as mãos de quem trabalha e produz.

## É necessário um Tribunal Popular

O assassinato da missionária Dorothy Stang alerta para centenas e centenas de outras mortes de camponeses e lideranças pelas mesmas razões. Governos, autoridades, jornais etc explicam que se tratam de acontecimentos lamentáveis e que felizmente se limitam a casos pontuais. Via de regra, responsabilizam os dois lados. Mesmo no caso da religiosa, que trabalhava em um projeto legal de assentamento, representantes do agro-negócio acusaram a missionária de ação violenta. Quer dizer que, de vítima das armas dos fazendeiros, passou a culpada.

Mais ainda: grileiros, madeireiras, porta-vozes de latifundiários e da agroindústria aproveitaram a morte de Dorothy para exigir do governo a presença do Estado. E para quê? Para legalizar terras griladas – quase sempre com violência contra índios e posseiros – e reprimir o movimento camponês.

Um punhado de latifundiários impôs pela força um império – é dono do Estado do Pará. Dorothy Stang não foi vítima apenas do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura mas também do punhado de capitalistas agrários que detém as terras e a economia do Pará. Não foi por acaso que a grande burguesia e seus instrumentos de dominação usaram a comoção da tragédia para pedir ao governo apuração limitada às circunstâncias do crime, à regulamentação das propriedades griladas e deram ressonância à propaganda de que afinal Dorothy procurou a morte.

Os crimes contra trabalhadores e contra aqueles que se colocam do seu lado são crimes de classe. O fato de envolver este ou aquele proprietário de terra não modifica a responsabilidade geral da burguesia. O movimento dos sem-terra do Pará tem demonstrado a amplitude da violência reacionária dos grandes proprietários contra os pobres do campo. Dezenas de assassinatos foram acobertados pelos governos. O processo e julgamento dos policiais pela chacina de Eldorado dos Carajás mostraram a violência do Estado e seu papel protetor dos interesses capitalistas.

Ninguém melhor do que os governos para saber a quem pertence o império das terras paraenses e quem as explora. Ninguém melhor para saber onde está a fonte dos assassinatos de camponeses, do trabalho escravo e da destruição da natureza. No entanto, não se toca no poder da oligarquia, que pode manter milícias e contratar jagunços para praticar o terror contra os camponeses e seus movimentos.

Dada a repercussão do assassinato da religiosa, o governo Lula procurou ser rápido na prisão dos pistoleiros e mandantes, já identificados pela população de Anapu. Mas tudo indica que o Estado manterá o crime circunscrito. A tarefa de retomar as terras griladas e entregá-las aos agricultores pobres não será cumprida. Ao contrário, as pressões para se legalizar os latifúndios ganharão maior proporção. Ocorre que o Estado é uma organização da classe capitalista e só pode servir a ela.

A história da luta camponesa pela terra está marcada por sangue. Relatórios do MST e CPT mostram caso a caso os crimes mais recentes e demonstram a mais completa impunidade. Isso porque a violência armada da burguesia – na forma individualizada ou na de chacina – expressa a agudização da luta de classe no campo. Reflete o grau de opressão dos latifundiários e do Estado contra os pobres do campo.

Não há interesse e nem sentido algum punir cada ato de ataque mortal de fazendeiros a camponeses. Para o Estado, as mortes resultam do direito burguês de defesa da propriedade da terra. E é nesse mesmo sentido que forças policiais chacinaram (Corumbiara, Eldorado dos Carajás). Os processos e julgamentos, quando ocorrem, não passam de formalidade jurídica. São para manter as aparências da ditadura da burguesia na forma do estado de direito. O massacre de Eldorado dos Carajás serve como exemplo de farsa jurídica. Esconde o poder econômico e a responsabilidade da classe burguesa.

Isso vale para outras formas de violência e impunidade do poder econômico e do Estado contra a população. Pouco depois dos acontecimentos do Pará, em Goiás a polícia executou dois sem-teto ao cumprir a ordem de despejo de uma ocupação de mais de 10 mil pessoas.

Nesse exato momento, policiais da baixada fluminense mataram a esmo trinta pessoas.

Sobre quem recai a ação dos esquadrões da morte? Sobre trabalhadores e seus filhos.

Há aqueles que alegam que é resposta à altura ao narcotráfico. Mas não é a burguesia narcotraficante, envolvida com deputados, juizes, alta patente policial etc, que sofre a violência. Essa é bem protegida como parte do poder econômico.

Filhos de trabalhadores são transformados em marginais pela miséria, pela falta de emprego, por serem excluídos da escola e pelos atrativos oferecidos pela burguesia narcotraficante.

Vivemos uma época de massacre da juventude pobre. O capitalismo desintegra seus lares, os submetem à falta de tudo, os empurram para a criminalidade, os desumanizam e os matam. Está aí o que se passa com a FEBEM. São violências, crimes e impunidades contra os explorados e seus filhos. Conseqüências da exploração capitalista.

É preciso rechaçar o isolamento dos casos. Os motivos de mortes e chacinas podem ser distintos, mas as causas e os seus agentes são comuns. Por sua vez, assassinatos encomendados, como o de Dorothy, estão intimamente ligados às chacinas de Corumbiara, Eldorado, Nova Iguaçu, Queimados, Vigário Geral, Carandiru etc.

A burguesia não vai apurar e punir seus próprios crimes contra trabalhadores e lideranças. O Estado serve a essa classe exploradora. É claro que exigimos por meio da ação direta coletiva que se apure e puna os responsáveis. Mas isso para desmascarar os crimes de classe e mostrar aos trabalhadores que temos de confiar em nossas próprias forças. Qualquer ilusão no Estado – governo, parlamento, justiça, polícia etc – contribui para acobertar a classe criminosa, isolar seus crimes e enfraquecer a capacidade de resistência do movimento social.

Por outro lado, o pedido de paz só serve para obscurecer as causas da violência de classe da burguesia e impedir que as massas respondam com luta e usem a autodefesa armada, sem a qual a burguesia continuará com as mãos livres para matar impunemente. O Estado é o braço armado dos exploradores para impor pela força a paz do capital, do lucro e da miséria da maioria. A paz vamos conquistar destruindo a fonte de toda violência – o capitalismo. Para isso, é preciso a revolução social, que una o proletariado e os camponeses oprimidos num só movimento para conquistar o poder do Estado. Não há outro caminho para pôr fim à violência de classe dos capitalistas – a maior das violências é a fome de milhões.

Os crimes e chacinas vão continuar. A impunidade permanecerá como parte deles. É preciso dar uma resposta por meio da auto-organização independente dos trabalhadores e da juventude oprimida. Uma das tarefas é unificar os trabalhadores da cidade e do campo por meio dos movimentos e comitês de ação. Frente à violência reacionária da burguesia e seu Estado, constituir um Tribunal Popular, que expresse o movimento social.

Punição a todos crimes de classe da burguesia!

Unir a cidade e o campo contra a exploração, pela expropriação sem indenização dos latifúndios e entrega das terras aos camponeses!

## O governo do PT/Lula livra a cara do FMI

A não renovação do acordo do governo com o FMI não constitui nenhum tipo de ruptura ou atitude unilateral do PT/Lula em relação ao organismo do imperialismo. A única medida concreta da não renovação do acordo será não tomar dinheiro emprestado. Todos os demais pontos dos acordos anteriores têm sido aplicados e constituem a política econômica do governo: manutenção das metas de superávit primário e de inflação; altas taxas de juros; dar andamento às reformas neoliberais; continuar o pagamento das dívidas externa e interna. A não renovação do acordo foi consensuada com o FMI, que tem aplaudido a conduta do governo. A grande burguesia e seus porta-vozes elogiaram o governo do PT/Lula por sua disciplina no cumprimento dos princípios impostos pelo imperialismo.

Nos últimos meses, o governo tem comprado grande quantidade de dólares e reforçado as reservas cambiais. Não há nenhuma perspectiva de algum grave acontecimento no mercado financeiro internacional, que justificasse um apoio extra do FMI. A situação não exige o saldo de reserva do FMI para ser tomado emprestado em caso de necessidade.

Com a não renovação do acordo, o governo pode posar de soberano. Não terá de conviver com o descontentamento de parte de suas bases, que reivindicavam o fim da tutela do FMI. Mais ainda: o próprio FMI estará livre do descontentamento popular diante das medidas governamentais. E poderá utili-

zar o fundo de reserva para outro país e outra situação que se apresente. Como se vê, a conveniência da não renovação do acordo serve tanto ao governo do PT/Lula quanto ao FMI. Mas é melhor ainda para o organismo imperialista, que fica livre de pressões. A não renovação livra a cara do organismo imperialista.

A continuidade da política contida nos acordos é tanta que se desdobra por exemplo no compromisso de pagamento de 26 bilhões de dólares em dívidas do governo que vencerão nos próximos dois anos.

E as massas sofrerão com as conseqüências da aplicação dos princípios do acordo que não foi formalmente renovado: as reformas sindical, trabalhista e da educação atacam as condições de vida e trabalho das massas; a política econômica pressiona a economia e favorece o desemprego; o não investimento estatal acentua essa tendência; a alta de juros e impostos recai sempre no final sobre as massas assalariadas, que pagam a conta.

Os explorados têm de se unir ao redor de suas reivindicações para enfrentar o governo burguês, suas reformas neoliberais e o imperialismo, que as dita e impõe. A unidade dos oprimidos levará à luta antiimperialista e anticapitalista. É por essa perspectiva que o POR trabalha, combatendo as tendências de submissão das organizações das massas ao governo e à burguesia.

## Discussão ao redor da MP 232 expressa conflito interburguês

A instituição da Medida Provisória 232 pelo governo tinha um propósito claro: ao reajustar a tabela do Imposto de Renda, tinha de arrumar um jeito de garantir o volume total de impostos arrecadado. Para isso, propôs aumentar os índices de desconto para os prestadores de serviços. Dessa forma, um setor da classe média seria atingido (profissionais liberais, principalmente), para repor o que se perderia com o aumento do valor da isenção de Imposto de Renda aos assalariados.

Essa medida é expressão de um princípio econômico praticado pelo governo do PT/Lula, que é o de só reduzir impostos ou gastos com a condição de encontrar outra fonte que preserve o ingresso de dinheiro ao Estado. Trata-se da aplicação de uma diretriz traçada pelos organismos do imperialismo, de forma a garantir o pagamento dos compromissos com o capital financeiro internacional.

A classe média reagiu contra a taxação. Setores da burguesia também. No final das contas, quem iria pagar o aumento de impostos seriam os assalariados e os pequenos prestadores de serviços. As frações da burguesia pressionaram o governo e seus parlamentares para que mudassem a medida. A oposição burguesa procurou explorar eleitoralmente o fato. O presidente da Câmara tentou levar alguma vantagem para si e para seu partido, o malufista PP. O governo temeu por uma nova derrota no parlamento. Ao final das contas, retirou a proposta e se dispôs a negociar outras fontes de substituição para compensar

o aumento da tabela do IR.

O conflito ao redor da MP232 é parte da disputa interburguesa mais geral ao redor da política econômica. O governo tem se esmerado em cumprir com as determinações dos organismos do imperialismo. Por essa via, favorece o parasitismo financeiro, os exportadores e setores oligárquicos. Setores da burguesia ligados ao mercado interno reclamam da falta de apoio da máquina do governo aos investimentos na produção; reclamam dos altos juros e impostos; reclamam da falta de iniciativa do governo em cortar gastos; reclamam da falta de discussão na partilha do orçamento público.

O que o governo queria com a MP232? Cumprir a meta de arrecadação de acordo com as imposições do capital financeiro internacional. O que frações da burguesia querem? Que ao invés de aumentar impostos e juros, o governo corte gastos e acelere as reformas neoliberais, que permitem aumentar a superexploração do trabalho e impor ganhos artificiais aos capitalistas. Está aí a contradição ao redor da MP 232.

A disputa entre as frações burguesas colocam sobre as massas as conseqüências de suas reivindicações. Os explorados não devem seguir nenhuma delas, devem é organizar a luta por suas reivindicações por seus próprios métodos. Rechaçar a prática das direções burocráticas, que chamam a apoiar o governo ou a oposição burguesa. Empunhar a independência de classe e combater os capitalistas, seu governo e suas medidas antinacionais e antipopulares.

## UNE E CONLUTE

# Derrotar a reforma privatista do PT/Lula Combater a direção pró-governista e rechaçar a divisão da UNE

O debate sobre a Reforma Universitária, organizado por estudantes da PUC, colocando frente a frente UNE e CONLUTE, nos traz dois posicionamentos políticos.

1. Aceitar ou rejeitar a reforma;
2. Aceitar ou rejeitar o chamado do PSTU de dividir a UNE.

Dizemos claramente, estamos com a Conlute para rebater a Reforma Universitária. A Conlute deve constituir uma frente única de mobilização dos estudantes para derrotar a política educacional privatista do governo PT/Lula. Há um outro objetivo comum: atuar no interior da UNE como uma frente de combate à direção burocrática do PCdoB e PT.

### Por que rejeitar integralmente a reforma

O ministro Tarso Genro fez uma manobra para acobertar a essência privatista de seu projeto: separou o PróUni, por Medida Provisória, do projeto de Lei de Reforma do Ensino Superior. O PróUni compra vagas nas faculdades particulares. Procura mascarar a diretriz mercantilizante da educação e o apoio aos empresários com 10% de bolsas, que depois passarão a 8%, sendo que quase metade é de meia bolsa. Na lei da Reforma, concede metade das vagas nas universidades públicas e prevê cotas para negros e índios proporcional à população local.

Com essa “benevolência”, o governo procura acobertar a escandalosa ajuda aos empresários pelo ProUni. O que significa metade das vagas das escolas públicas? Um número pequeno, uma vez que a maior parte pertence ao ensino pago.

O acesso da grande maioria dos estudantes pobres ao nível superior continua sendo proibido, tanto é que o exame do ENEM servirá de vestibular. Do total de alunos matriculados, 71% são das particulares (2.750.652) e 29% são das públicas (1.137.119). Estudam no grau médio público 8.056.000 alunos. E quantas vagas são oferecidas no vestibular? Nas federais, 121.405; nas estaduais, 111.863 e, nas particulares, 1.721.520. É assombroso! As públicas somam 233.268 vagas frente 1.721.520 das privadas. Que sentido tem metade das vagas públicas, quando estudam no ensino médio 8.056.000? O governo Lula chama essa esparrela de inclusão social.

Como se vê, é ridículo o número de estudantes que será favorecido com o critério de metade das vagas. Mesmo a promessa de abertura de 400 mil novas vagas para as federais, em 4 anos, não mudará a gravidade da impossibilidade de acesso à grande maioria.

Os demais pontos da reforma o ministro Tarso Genro pretende negociar com os empresários. Abre as comportas para o capital estrangeiro investir na

educação. O projeto prevê 30%, mas o Ministro aceita chegar até 50%. Mantém as fundações internas às Universidades públicas, como atividade privada. A tal da autonomia aumenta o poder da burocracia acadêmica contra a representação estudantil. O controle externo das escolas particulares por meio de um conselho não passa de uma caricatura. Essas características são suficientes para mostrar que essa reforma dá continuidade às tendências privatizantes do ensino superior, não mexe no poder empresarial e não acaba com os privilégios das filantrópicas.

Os estudantes devem se mobilizar para pôr abaixo a reforma do PT/Lula. Devem combater as posições da direção da UNE que foi submetida ao governo por meio da política fisiológica do PCdoB. Defendemos a seguinte campanha:

1. Abaixo a reforma privatista do ensino superior;
  2. Estatização de todo o ensino e controle por aqueles que trabalham e estudam;
  3. Fim dos vestibulares e acesso livre e universal;
  4. Autonomia universitária por meio da assembléia universitária;
  5. Ensino público, gratuito, laico, científico e vinculado à produção social;
- Ao 54 Conselho de Entidades Gerais da UNE (CONEG)

## Manifesto do POR ao 54º Coneg da UNE

A Corrente Proletária Estdantil (POR) atuou no 54º Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE com um manifesto e com o texto abaixo. A presença de centenas de representantes de organizações estudantis e de uma ala oposicionista (minoritária) à direção burocrática da UNE e à sua política pró governo e reformas provam que a direção da UNE tem influência majoritária no movimento estudantil, e portanto é vigente a luta para arrancar os estudantes de seu controle; e que é possível e necessário o trabalho frentista no interior da UNE para combater a política de subordinação do movimento estudantil ao governo do PT/Lula.

Esse Conselho ocorre em uma situação em que o governo do PT/Lula - coligado com o PL (empresarial-evangélicos), PP (malufista), PMDB (federação oligárquica) e PCdoB (estalinista) - enviou ao Congresso a Reforma Universitária, a Reforma Sindical e adiou a Reforma Trabalhista. Lembremos que já havia dado continuidade à Reforma da Previ-

dência de FHC, que atacou a vida dos trabalhadores. Como se pode ver, estamos diante de um governo que colocou metas econômico-sociais em várias áreas: previdenciária, educacional, sindical e trabalhista. Nota-se em que em todas elas o que está em foco é a vida dos trabalhadores e da juventude. A tal da reforma fiscal, que diz respeito à

disputa interna dos capitalistas em torno da carga tributária e de sua distribuição, não foi para frente porque os burgueses não se entenderam. Sem dúvida, mesmo a reforma fiscal refere-se à população, porque afinal de contas é quem paga os impostos. Mas o que importa aqui são as três reformas antes referidas. Vemos que a direção da UNE desvin-

cula uma das outras, como se não tivessem interligadas. Faz isso para dar apoio à reforma universitária e esconder o objetivo comum de todas elas, que é a de atacar a vida dos trabalhadores e da juventude, defendendo os interesses dos exploradores. Vejamos resumidamente cada uma delas:

1. A Reforma da Previdência do governo Lula taxou os aposentados, elevou o valor da contribuição e manteve as condições anteriores da reforma de FHC.

2. A Reforma Sindical objetiva dificultar a luta independente dos trabalhadores e eliminar a democracia operária. Dá poderes à burocracia das Centrais dividirem e criarem sindicatos. Dá à burocracia liberdade para “negociar” com o patronato e o governo acordos por cima das assembleias de base. Aumenta as restrições ao direito de greve. Em nome do fim do imposto sindical, cria um outro mecanismo que ainda lhe dá mais recursos (taxa negocial). Como se vê, atinge os trabalhadores por meio da estatização e maior burocratização dos sindicatos e das Centrais.

3. A Reforma do Ensino Superior tem como essência a ampliação da mercantilização da educação. É o que mostra a compra de vagas nas escolas privadas (ProUni), a Lei das Parcerias Público-Privadas e regulamentação das fundações privadas no interior das universidades públicas. Em contrapartida, medidas de abertura de novas vagas e cotas são paliativas para mascarar a essência privatista do projeto. O controle externo das escolas particulares é

uma farsa, contestado pelos donos de escolas porque estes não admitem sequer a farsa de controle. A autonomia e funcionamento das Universidades regulamentam o controle da burocracia elitista. Os recursos da educação são mantidos em 4,5% do PIB, muito abaixo das necessidades.

Ao contrário de desconhecer ou obscurecer a inter-relação das reformas neoliberais do governo PT/Lula, como faz deliberadamente a direção da UNE, é preciso demonstrá-las à luz do dia às massas estudantis. Demonstrá-las e rechaçá-las integralmente por meio da luta direta.

O método de selecionar esse ou aquele ponto isoladamente para apresentar o projeto da reforma universitária como progressista revela má fé da direção da UNE, que está integrada ao governo por meio de seus partidos – PCdoB e PT.

Esse governo segue a diretriz econômica do imperialismo. Submeteu-se aos acordos do FMI, como seu antecessor. Tornou-se refém dos partidos da burguesia e das frações oligárquicas do capital. Dessa forma, as reformas têm um fundo comum: antinacionais e antipopulares.

O CONEG ocorre depois da direção da UNE ter se posicionado em favor da Reforma Universitária. Prepara o Congresso da UNE de forma que este venha apenas homologar uma decisão já tomada. Está aí o retrato mais nítido da burocratização e do autoritarismo. A direção decide por todo mundo, o CONEG reafirma e o Congresso sanciona.

A Corrente Proletária da Educação e o Partido Operário Revolucionário (POR) vêm ao CONEG para:

1. **Rechaçar a posição da direção da UNE de apoio à Reforma Universitária;**

2. **Denunciar o fato de isolar a Reforma Universitária das demais reformas neoliberais;**

3. **Combater o objetivo de fazer do CONEG caixa de ressonância de uma política pró-governamental;**

4. **Defender um Congresso da UNE de representação de base;**

5. **Lutar pela independência da UNE frente ao Estado e ao governo, democratizá-la e recuperá-la para a luta estudantil;**

6. **Colocar-se pelo combate às reformas antinacionais e antipopulares do governo PT/Lula;**

7. **Defender o fim do ensino privado por meio de sua estatização, sem indenização, constituição de um sistema de ensino único, estatal, público, gratuito, vinculado à produção social e submetido à assembleia universitária (autonomia universitária). Acesso universal em todos os níveis de ensino;**

8. **Unificar o movimento estudantil contra a reforma universitária de Lula com o movimento dos trabalhadores contra a reforma sindical e trabalhista.**

9. **Aprovar uma plataforma de reivindicações que tenha como objetivo central a defesa do emprego, do salário, da educação e saúde gratuitas e de todas as conquistas sociais.**

## Fortaleza-CE

# Estudantes voltam às ruas: defender a revalidação e o passe livre

Em Fortaleza, as manifestações vão ganhando novamente as ruas. O Fórum Unificado, que foi responsável pelas lutas estudantis em 2004, está sendo rearticulado. Os estudantes reivindicam da prefeitura não apenas o passe livre para estudantes e desempregados como a imediata revalidação das identidades estudantis, isto é, a sua prorrogação por mais um ano para evitar o pagamento de novas carteiras.

Nesta primeira manifestação (24/03), os estudantes conseguiram negociar com a prefeita, que assegurou a revalidação de todos os documentos estudantis de todas as escolas e níveis de ensino (fundamental, médio, particulares e inclusive das universidades). Logo em seguida, a Prefeitura, ETTUSA e as entidades estudantis empresariais que confeccionam carteira (Asef, Cesc, Uesf) decidiram que os estu-

dantes irão pagar por novos documentos. Deixando autonomia apenas para os setores universitários optarem ou não pela revalidação e prorrogando as carteiras do ensino fundamental por um ano. A razão disso é a economia de R\$ 1,8 milhão que a prefeitura terá no seu orçamento ao não ter de confeccionar este ano as identidades estudantis dos alunos do ensino fundamental.

A traição da prefeitura, que rompeu o acordo, levou os estudantes a organizarem as manifestações. No dia 31 de março, novamente ganharam as ruas indo até a Ettusa. Com o mesmo instinto radicalizado de 2004, os estudantes ameaçaram ocupar a Ettusa que, em seguida, permitiu a entrada dos estudantes no pátio do órgão municipal onde, em audiência forçada com o presidente da Ettusa, João Bosco Arruda,

frustraram-se diante de seu esquivamento, colocando que a revalidação dependia do aval da Prefeita Luizianne, e que o Passe Livre dependerá de um estudo técnico que demanda tempo e precisaria passar pela aprovação da Câmara.

Os estudantes estão vivenciando a política do PT por meio de Luizianne. É dessa experiência que uma parcela dos estudantes perderá as ilusões no reformismo petista.

O PT/DS, que nos fóruns passados participava das manifestações estudantis, nesse ano tirou o corpo fora. Tudo em nome de sustentar a governabilidade da prefeita.

As reivindicações estudantis tendem a se chocar com a prefeitura do PT e com os capitalistas. Essa é a via para se constituir um movimento estudantil independente e combativo.

## **Carta do Comitê pelo Passe-livre e pela redução da tarifa a R\$ 1,35 – Londrina – PR**

Ao Prefeito de Londrina  
À Câmara Municipal de Londrina  
Ao Povo de Londrina

O Movimento pelo PASSE-LIVRE, PELA REDUÇÃO DA TARIFA A R\$ 1,35 E PELA ESTATIZAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO está se constituindo pela indignação provocada por mais um aumento abusivo, que afronta a realidade salarial dos trabalhadores de Londrina. Os dois aumentos anteriores ocorreram em 2003 de modo a evitar a sua concretização em ano eleitoral (2004), o que desgastaria o prefeito em sua tentativa de reeleição. Logo após a posse, nos primeiros dias de 2005, no período de férias, as passagens foram novamente aumentadas a R\$ 1,90.

Desde 2003, a única justificativa que o Prefeito tinha para os aumentos era a de preservar os lucros do proprietário dos ônibus. Agora, que ainda tramita no Ministério Público um questionamento a

planilha que tentava justificar o incremento de 1,35 para 1,60, o Prefeito aumenta as passagens para R\$ 1,90! É preciso lembrar que o Salário Mínimo nesse período (2003-2005) teve um reajuste de apenas 8,32% contra 40,7% do transporte coletivo em Londrina. Devemos perguntar o que é mais importante: o lucro particular de UM proprietário de ônibus ou a possibilidade de centenas de milhares de trabalhadores e estudantes se locomoverem pela cidade?

Toda vez que reivindicamos o Passe-livre, o Prefeito fala que esse custo deveria ser repassado aos passageiros, aumentando as tarifas. Outra justificativa para aumentar as passagens é que a reposição salarial dos motoristas e cobradores é atrelada ao aumento das tarifas. Onde, efetivamente, está o problema? Na propriedade privada dos ônibus e na exploração do transporte público para enriquecimento do dono da empresa. Pois é certo que os trabalhadores têm o direito à reposição de suas perdas, mas, porque essa reposição

deve ser repassada aos passageiros? Para que o dono dos ônibus não deixe de lucrar um centavo! O mesmo se aplica ao passe-livre.

Se a propriedade privada não garante o direito dos trabalhadores e estudantes, pelo fato de ter que manter a lucratividade a qualquer custo, então a solução só pode ser a estatização do transporte coletivo.

Finalmente, o movimento pelo Passe-livre é um movimento nacional que visa a aprovação de uma Lei federal que estabeleça o Passe-livre para estudantes em todo o território da República. O passe-livre para estudantes não é um privilégio, mas, um dos meios imprescindíveis para se efetivar o direito a educação.

**Exigimos por tudo isto Passe-livre para estudantes, redução da tarifa a R\$ 1,35 e a estatização do transporte coletivo!**

Londrina, 28 de março de 2005

**Comitê pelo Passe-livre e pela redução da tarifa a R\$ 1,35 - Londrina**

## **Londrina-PR - Manifesto do POR Aos servidores em greve**

O prefeito Nedson disse à imprensa neste final de semana que só negocia depois que acabar a greve. Os promotores nos ameaçam e pedem que o juiz declare a ilegalidade do movimento. Ao mesmo tempo, a prefeitura desconta nossos salários como forma de pressão.

O pretexto utilizado pelo prefeito para não cumprir com a Constituição Federal e repor os nossos salários é que a prefeitura não tem dinheiro ou não estaria garantido que a arrecadação deste ano cobriria o gasto com a folha de salários. Além disso, vem agora e diz que "ataques pessoais do sindicato inviabilizaram negociações diretas com o prefeito" (JL 03/04/05). É evidente a falsidade de sua postura, pois, se de fato não há dinheiro, do que adiantaria que o sindicato não o "atacasse pessoalmente"? E, se não tem dinheiro, como ele afirma, o que ele vai negociar depois de acabar a greve?

Aliás, tudo é falso no seu discurso. A proposta/esmola de acrescentar 16% no auxílio alimentação ele chama de "negociação". Depois diz que o sindicato inviabilizou qualquer "acordo" porque não defendeu aquela "proposta", ocultando que foi a assembléia dos servidores que rechaçou aquela afronta. O prefeito monta o seu discurso de modo a apresentar os grevistas como um bando de tontos manipulados pelo sindicato e aposta que vai

vencer a nossa greve pelo cansaço.

Diante destes ataques é necessário persistir na luta pela reposição de nosso salário, porque é um direito de todo trabalhador e porque é necessário manter a dignidade. É necessário persistir na manutenção de nossa greve até obrigar o prefeito a cumprir a Constituição e repor as nossas perdas. É necessário rechaçar os ataques que tentam desmoralizar o nosso movimento e mostrar que a responsabilidade pela sua duração é o compromisso do prefeito com as políticas implementadas pelo governo federal de sacrificar os servidores públicos e o conjunto da classe trabalhadora. É necessário dizer ao povo de Londrina que só há um culpado pela interrupção dos serviços públicos: o prefeito Nedson!

Não podemos, agora que se completa um mês de greve, abaixar a cabeça e voltar ao trabalho sem nada, como se tivéssemos errado ou nos comportado mal. A greve é um direito de todo trabalhador livre, o contrário significaria que somos escravos. O que estamos exigindo não é o aumento de salários, mas a reposição da inflação. O prefeito falta com a verdade no momento em que faz a comparação dos salários dos servidores de Londrina com outros municípios de menor porte, mascarando o arrocho salarial ao longo do seu governo.

Não podemos engolir passivamente o discurso de que "seria irresponsabilidade

do administrador contrair um compromisso que não pudesse cumprir". Essa é outra mentira do prefeito, pois quando o Estado (União, Estados ou Municípios) precisa pagar dívidas às empreiteiras ou bancos, bem que emitem títulos da dívida, tomam emprestado dinheiro nos mercados internacionais para honrar compromissos que para eles (esses sim) são sagrados. Está aí a causa da monumental dívida externa paga com o sacrifício dos nossos salários e dos serviços sociais. Não podemos nos colocar no lugar do prefeito. Foi ele quem quis ser prefeito, então ele que cumpra com a sua obrigação e pague o que nos deve. De onde e como vai fazer é problema dele e não dos servidores!

Finalmente, é preciso ainda reafirmar que a greve é dos servidores municipais e não do Sindicato. Quem está em greve são os trabalhadores, por isso, não podemos deixar passar impunemente a manipulação que o prefeito quer fazer jogando a responsabilidade da greve no sindicato. Não! O culpado pela greve é o prefeito porque não cumpre com a sua obrigação de repor os nossos salários. Não vamos aceitar calados as mentiras que ele tem divulgado para desmoralizar a nossa greve.

**A nossa greve é justa, a nossa greve é legítima.**

Londrina, 4 de abril de 2005

**Fortaleza-CE**

## Campanha salarial dos professores - 2005

No último dia 16/03, a Assembléia Unificada de professores do Estado e Município aprovou o início da campanha salarial de 2005. Para o Município, a categoria aprovou o índice de 50,54% que corresponde às perdas salariais de 1997 à 2004. A direção do **Sindiute** (O Trabalho/PT), que protelou o início da campanha salarial na última Assembléia com o informe sobre isonomia salarial tomando todo o tempo, foi pressionada pela base e correntes de oposição a marcar a assembléia seguinte (16/03) para discutir a campanha salarial do Estado e Município.

A verdade é que a direção do **Sindiute** não quer jogar peso na campanha salarial. Pretende aceitar os 10% acenados pela Prefeitura. Uma parte dos professores crê que os 10% é tudo que a Prefeitura pode dar. Está inclinada a não se mobilizar. Outra parcela acredita que é possível arrancar mais do que 10%. Portanto, começa a ficar

impaciente com as promessas até agora não cumpridas de incorporação dos aditivos e implementação das 550 ascensões funcionais barradas pela SEDAS, com o argumento de que não tem dinheiro. Também com os afastamentos para estudo que têm sido barrados pela Prefeitura e com o atraso de vales e pagamento de aditivos.

O PT, que chegou a Prefeitura, incorpora a idéia de "austeridade fiscal e responsabilidade na gestão dos gastos públicos", mesmo que isso custe a miséria para os servidores e penúria das escolas e postos de saúde.

Por isso exigimos: Que Prefeita rompa com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Que priorize os investimentos na educação. Que atenda a reivindicação dos professores de reajuste já!

No Estado, a SEDUC e SEAD recusam-se a negociar reajuste. O **Sindiute** pretende evitar o isolamento, fazendo uma campanha salarial unificada com outros

sindicatos estaduais. Por isso, negocia com esses outros setores o estabelecimento de um índice de reajuste comum. A busca da unidade dos trabalhadores contra o governo é o caminho correto. Todavia o **Sindiute** não pretende fazer unidade com a **Apeoc**, que tem filiada a si a maioria dos professores do Estado, o que enfraquece a luta. Além disso, a direção do sindicato chamou a categoria para uma assembléia dos professores da rede estadual isolada de outras categorias.

Defendemos:

\* Unidade dos trabalhadores para derrotar o governo Lúcio e impor reposição salarial!

\* Assembléia Unificada de todos os sindicatos e entidades (**Sindiute**, **Apeoc**, **Mova-se** etc) para aprovar um calendário de lutas Unificada, rumo à construção de uma greve por tempo indeterminado!

\* Sindicato Único para a categoria!

## Professores -RN

Publicamos o boletim da Corrente Proletária defendendo a greve e denunciando o colaboracionismo da burocracia sindical

## Manter a greve para avançar ainda mais na negociação

Os trabalhadores em educação devem manter-se organizados e firmes na luta para continuar avançando na mesa de negociação. No entanto, para que isso ocorra é necessário levantarmos a discussão acerca da postura da direção do nosso sindicato.

Não podemos esquecer que, no ano passado, a direção precisou mobilizar fura-greves para pôr fim no nosso movimento. Esse ano, a categoria tem mostrado uma força e disposição que foge ao controle da direção.

A governadora Vilma de Faria foi obrigada, diante das atividades propostas pela Oposição, aprovadas em assembléia (ocupação, bloqueio de avenidas, ida à Currais Novos etc) a sentar na mesa de negociação, o que nunca tinha feito antes. Isso expressa a força do nosso movimento.

### Qual tem sido o comportamento da direção?

Já foi aprovado, em assembléias anteriores, que iríamos fazer um trabalho nos bairros, esclarecendo aos pais sobre a greve e denunciando o sucateamento da escola pública. Até o momento, não temos feito essas atividades (com panfletagem, carro de

som, atos etc) já que a direção não quer um desgaste da governadora com a população, e o trabalho nos bairros iria proporcionar isso.

Na imprensa, não temos desmascarado constantemente as propostas apresentadas pela governadora. Só houve uma denúncia, quando da convocação para uma assembléia. E a campanha permanente. Onde está?

Outra vergonha foi a ida à Currais Novos: em assembléia, a direção esbravejou de que se fosse preciso colocaria até 15 ônibus. O que vimos foi ao contrário: limitou para 5 ônibus e depois do pedido da governadora, na audiência, para desmobilizar a caravana, só contamos com 3 ônibus. Muitos trabalhadores de base que foram ao sindicato dar o nome foram impedidos de participar, porque a direção afirmou e colocou cartaz que não havia mais vagas.

E quando chegou em Currais Novos a posição da direção foi vergonhosa: enquanto os trabalhadores gritavam palavras de ordem, a direção tentava falar (sozinha e isolada da categoria) com a governadora. Em seguida, cruzou os braços e recusou-se a enfrentar a governadora junto com os trabalhadores. O que se viu foi uma direção subserviente que estava

ali para fazer média.

### E como foi a negociação?

Está mais do que claro a intenção da direção em acabar com a greve. Tentava resguardar a governadora e colocar apenas o secretário Wober Júnior como sendo o intransigente. Para isso, os parlamentares do PT (Fátima/Mineiro) começaram a costurar uma proposta que nos enganasse e fosse boa para Vilma.

Essa assembléia tem um caráter extremamente importante para que possamos discutir a fundo o que foi apresentado por Vilma/Fátima/Mineiro. A intenção é tão clara em acabar com a greve que não se discutiram todos os pontos de reivindicação. A direção precisa esclarecer para a base: Por que não foi discutida a situação dos aprovados no concurso de 2000, que recebe como nível médio? O que foi discutido para os funcionários de escola? Foi apresentada alguma proposta pela direção? E o concurso?

Diante disso, a **Corrente Proletária** reafirma a necessidade de continuarmos em greve, até que a governadora apresente uma proposta que contemple nossas reivindicações.

## Professores-SP: à plenária da Oposição à diretoria da Apeoesp

Apresentamos alguns pontos fundamentais para a plenária da Oposição à direção da Apeoesp

### 1. Por que unificar as várias correntes de oposição

Nas eleições passadas para a Apeoesp, tivemos a seguinte composição: a) Divisão na Articulação-PT, dando origem a duas chapas – Articulação e Artnova. Portanto, duas chapas da situação. Juntou-se à Articulação o PCdoB; b) Oposição Alternativa, constituída pelo PSTU e correntes da esquerda do PT; c) A chapa do MOTE, formada pelo POR, LOI, FOS, Coletivos de Diadema e Mauá e independentes; d) A Chapa do PCO; e) A Chapa O Trabalho – esquerda do PT. Vemos a forte presença do PT e suas correntes internas.

Nesse momento, o PSTU procurava manter seus laços com o PT, ao ponto de chamar o voto em Lula, no segundo turno. A chapa de combate ao reformismo foi a do MOTE. Devido ao critério de proporcionalidade, a Oposição Alternativa fez parte da direção da Apeoesp. Nestes três anos de gestão, a Oposição Alternativa se confundiu com a política do setor majoritário. Não agiu como uma fração opositora, combatendo no interior da classe as posições colaboracionistas e burocráticas da Articulação.

A chegada do PT ao poder do Estado e a aplicação da diretriz do imperialismo obrigou um realinhamento de parte das correntes do PT e do PSTU. Só recentemente, a Oposição Alternativa, principalmente a sua corrente majoritária – PSTU, procurou se diferenciar dos setores abertamente governistas. A materialização do realinhamento se evidencia na formação da Conlutas. Imediatamente, a maior parte da esquerda não petista entrou na Conlutas por um motivo particular: a posição tomada pelo PSTU de chamar o rompimento com a CUT. Ao mesmo tempo, a Oposição Alternativa sofre uma cisão com a saída da corrente petista ASS. As correntes que compunham o MOTE se posicionaram pelo chamado do PSTU de rompimento com a CUT, à exceção do POR e a LOI.

O POR analisou a posição de divisão da CUT e se colocou contra. Reconheceu que a Conlutas poderia se constituir em uma frente de ação direta e de combate à burocratização e a estatização dos sindi-

catos e da CUT. Decidiu participar da Conlutas como uma fração favorável à frente única e opositora à cisão da Central. Considerou que o PSTU está cometendo um grave erro ultra-esquerdista de dividir a CUT e enfraquecer o pólo opositor no seu interior. Frente à importância desse processo, decidiu lutar até o último momento contra o chamado de desfiliação e formação de uma nova Central.

Essa situação vem exigindo a formação de chapas opositoras da Conlutas em eleições sindicais. No caso da Apeoesp, a Oposição Alternativa não se colocou por uma chapa da Conlutas, como defendeu o POR, evidentemente sob a base de claros pontos programáticos. O POR expressou na plenária da Oposição Alternativa que era favorável a uma chapa da Conlutas e que atuaria no seu interior opondo-se à divisão da CUT.

A posição do PSTU é de compor uma chapa mais ampla do que a Conlutas, incorporando setores da esquerda do PT. Sem dúvida, a nova situação criada pelo PT no poder, a colocação dos sindicatos/CUT a serviço das reformas neoliberais, o maior grau de estatização das organizações sindicais e o realinhamento nas esquerdas colocam a necessidade de constituir frentes opositoras, que possam derrotar a burocracia petista e abrir caminho para a luta pela independência e democracia sindicais.

Há dois obstáculos que põem em risco essa tarefa: 1) A definição do PSTU/Conlutas de dividir a CUT; 2) Ampliar a frente oposicionista para setores petistas, que ainda têm ilusão no governo Lula. Em relação à ruptura com a CUT, o PSTU renuncia defendê-la como parte do programa. E que futuramente levará essa discussão para as bases. Isso permite que o POR continue a luta contra a divisão da CUT dentro e fora da chapa frentista. O problema mais imediato é a questão dos pontos programáticos, que correm o risco de ser diluídos em função da posição do PSTU de atrair setores petistas que consideram que o governo Lula ainda está em disputa. Para nós, não pode haver ambigüidades. É fundamental que haja clareza no programa da chapa.

O POR trabalha para concretizar a chapa frentista que se coloque: a) pelo combate às reformas pró-imperialistas do governo; b) pela derrocada da burocracia autoritária e estatizante; c) pela independência e democracia sindicais; d) pela defesa das reivindicações dos explorados; e) pela luta antiimperialista e anticapitalista. Há uma aspiração de uma camada avançada dos trabalhadores em educação de que haja uma unidade opositora para varrer a velha direção da Apeoesp. Essa aspiração tem de ser levada em consideração por todas as correntes que se colocam no campo de classe.

### 2. Por um programa classista para a unidade opositora

Destacamos alguns pontos fundamentais:

- a) Caracterizar o governo Lula como um governo pró-capitalista e pró-imperialista;
- b) Rejeitar integralmente as reformas antinacionais e antipopulares;
- c) Exercer uma oposição revolucionária (proletária –classista) ao governo PT/Lula;
- d) Lutar pela independência e democracia sindicais;
- e) Por um sindicato baseado no método da ação direta;
- f) Defesa das reivindicações das massas exploradas do campo e da cidade;
- g) Rechaçar a reforma da educação por ser privatista;
- h) Lutar por um único sistema de ensino público, gratuito, laico, científico, ligado à produção social e de acesso universal. Estatização da rede particular, sem indenização, e sob o controle de quem trabalha e estuda;
- i) Rompimento com o imperialismo. Não pagamento da dívida externa, fim de todos os acordos com o FMI/BIRD. Não à Alca. Independência e soberania do país. Fim do intervencionismo militar do imperialismo. Por uma América Latina unida sob o socialismo.
- j) Fim do capitalismo. Transformação da grande propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, por meio da revolução social.

**Professores-SP: Encontro Regional de Educação**

# **Novos passos da Reforma do Ensino: As conseqüências atingem o trabalhador da educação e a juventude**

Próximo aos dez anos de aplicação das diretrizes educacionais determinadas pela Conferência Mundial para Todos, da imposição da LDB e da criação do Fundef, os governos ainda preparam medidas para conter os recursos e cumprir a ultra-limitada responsabilidade de assegurar apenas o ensino fundamental.

Os resultados são violentos para os trabalhadores e à juventude dos bairros pobres. Eis alguns deles:

1. A municipalização do ensino fundamental acarretou fechamento de escolas, turnos e salas de aulas. O que provocou o desemprego, rebaixamento salarial, precarização das relações de trabalho e atrasos constantes de pagamento por parte das prefeituras. Vejamos em São Paulo:

Em 1995, a rede estadual possuía 5.263.112 e a municipal 646.500 de alunos.

Em 2005, a rede estadual possui 3.009.998 e a municipal 2.088.457 alunos

Portanto, a municipalização significou a transferência de responsabilidade para as prefeituras. Essas, endividadas, sucatearam ainda mais o ensino fundamental. Alguns dirão que na capital a situação do ensino municipal é diferente. Dizemos que não. Os prefeitos arrocharam os salários, retiraram direitos trabalhistas e, agora José Serra exige a elevação do valor das contribuições previdenciárias (de 5% para 11%). Se houve melhora em algumas escolas (a exemplo do CEUs), esta se deu às custas de não expandir as creches, de manter as escolas de latinas e de conter os salários.

2. A municipalização não universalizou o ensino fundamental. A existência de milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola é a prova disso. Depois de uma década, temos Estados com altos índices de analfabetismo nessa faixa etária. Os da Região Norte são os que têm maior número de crianças sem escola: Acre e Amazonas com mais de 16%; Pará e Rondônia, acima de 9%. No Nordeste, a situação não é diferente. Alagoas, 10,93%; Maranhão, 8,41% e Piauí, 6,35%. No Sudeste, o Espírito Santo possui a maior taxa (5,57%).

São Paulo, o estado mais rico da federação, possui quase 170 mil crianças fora da escola (3,21%). É bom observar que esses dados são do próprio governo. Certamente, as taxas são mais altas, pois uma parte das famílias e crianças sequer compõe as estatísticas: não tem domicílio fixo, não tem registro de nascimento etc.

3. O Fundef, criado para sustentar a municipalização, não implicou mais recursos à educação. Parte do dinheiro, que viria dos impostos para compor o fundo, foi desviada. O governo federal, que em tese complementaria os recursos para os Estados, pouco fez nesse sentido. O custo-aluno se manteve baixíssimo. O piso nacional dos professores foi e é o maior testemunho da decomposição do ensino. Como o Fundef tinha um prazo de vigência (2006), o governo Lula propôs substituí-lo por um outro fundo de igual natureza.

4. O ensino médio, que ficou sob a responsabilidade dos governos estaduais, não contou com mais verbas para que houvesse a expansão da rede. Continuou sendo um dos maiores funis para a juventude dos bairros pobres. Os dados nacionais confirmam essa colocação. Dos 34 milhões de alunos no ensino fundamental, somente 9 milhões chegam ao médio. O fechamento de escolas e turnos com a municipalização atingiu esse nível de escolaridade. Em São Paulo, são poucas as escolas de ensino médio e, cada vez mais, há uma redução do número de salas no período noturno. Soma-se a isso a incompatibilidade da jornada de trabalho com o horário dos estudos, o que torna para uma parcela da juventude um obstáculo para cursá-lo.

5. O nível superior privado contou com mais vantagens para a expansão. De um total de 1859 instituições de educação superior, 1652 são privadas e 207 públicas, em todo o Brasil. O governo FHC deixou para Lula a reforma da universidade, que tem como objetivo a privatização ainda maior.

6. As condições de trabalho e salário foram precarizados. Dos Planos de Carreira foram e são retiradas conquistas históricas do magistério. A Reforma da Previdência é um duro golpe sobre os

trabalhadores da educação e os aposentados. Os salários mantiveram arrochados e submetidos à farsa dos cálculos do Fundef. Boa parte dos governos instituiu o bônus como forma de eliminar os reajustes e se livrar dos encargos sociais. Por meio do bônus, mascara-se a corrupção do Fundef.

7. Desde FHC vêm sendo retirado 20% de recursos que deveriam estar vinculados à educação. Trata-se da Desvinculação de Receitas da União (DRU), um mecanismo ditado pelo FMI para que o país possa continuar cumprindo os compromissos de pagamento das dívidas interna e externa. Um verdadeiro saque no já débil orçamento educacional.

Mas a reforma da educação básica não se encerrou. O governo do PT/Lula deu prosseguimento a todas essas diretrizes.

## **I. A criação do Fundeb**

Trata-se de um fundo para o financiamento de toda a educação básica. O Fundeb substituirá o Fundef, seguindo a mesma lógica de se apoiar no custo-aluno. O argumento do governo é o de que o Fundef vincula uma parcela considerável dos recursos (18% e 25%) para o ensino fundamental e, com isso, os outros níveis são subestimados. Diz que o Fundeb corrigirá essa distorção. Não se trata de um mecanismo para elevar as verbas da educação, mas sim a redistribuição do que existe.

A intenção do Ministério da Educação era de barganhar com a Fazenda para que progressivamente fosse restituído os 20% da DRU, que são retirados da educação. Propôs que os governadores aceitassem as regras do Fundeb. Os responsáveis pela política econômica não aceitaram a retirada da DRU e não concordaram com a elevação mínima dos gastos da União para com a educação, cerca de 1 bilhão de reais ao ano até o limite de 4,3 bilhões.

Os governadores exigiram: a) que o Fundeb não tenha caráter permanente, mas sim duração de 10 anos; b) que ao invés da obrigatoriedade de 25% de aplicação à educação fosse rebaixada para 20%;

c) que a União assegure uma complementação financeira fixa, que vai de 5%, no primeiro ano, até 10%, a partir do 4º ano.

Como se vê, não há mais recursos com o Fundeb. Aumenta-se o número de alunos e de trabalhadores da educação sem elevar as verbas. Sequer a proposta de elevar de 60% do montante, que é para o pagamento do magistério (como estabelece o Fundef) para 80%, foi aceita. O Fundeb não trará melhorias salariais e nas condições de trabalho.

## 2. Modificação no ensino médio

O governo prepara as condições para a reforma curricular do ensino médio. A proposta de instituição de dois anos obri-

## Defender a educação e as condições de trabalho

Temos motivos de sobra para rejeitar integralmente a reforma educacional. As direções sindicais escondem o fundamental das medidas educacionais e mascaram o caráter privatista com o argumento de que é possível modificar alguns pontos em favor da escola pública.

A reforma do ensino é concebida com o objetivo de reduzir o papel do Estado e fortalecer a iniciativa privada. Se não se quebra essa pilastra, não podemos defender conseqüentemente o ensino gratuito. Por isso, somos categóricos em dizer que a burocracia, que dirige a maioria dos sindicatos e associações, é favorável ao intervencionismo do Estado (maior centralização) e aceita a diminuição de sua responsabilidade para com o sustento da educação.

Há também, em nosso meio, aqueles

gatórios, já divulgada, vem no sentido de eliminar um ano desse nível de ensino. O argumento de que o último ano é optativo para o aluno, expõe a verdadeira razão que é de cortar gastos e empurrar uma parcela da juventude para as escolas tidas profissionalizantes privadas. Para os professores, significará mais desemprego e eliminação de disciplinas do currículo.

## 3. A Reforma do ensino superior

A Reforma Universitária encontra-se no Congresso Nacional. Pretende-se legitimar a compra de vagas nas escolas particulares (ProUni). Um mecanismo de proteção aos negócios dos empresários da educação. Impõe a regulamentação

educadores que são influenciados pela campanha burguesa de que uma sociedade democrática é aquela que permite a coexistência do público com o privado. Essa campanha nada mais é do que a expressão da sociedade de classe, onde uma pequena parcela domina os meios de produção e a grande maioria é submetida à violenta exploração. A existência do ensino privado reforça o poder de classe dos capitalistas sobre a população pobre.

A defesa de um único sistema de ensino, estatal, público, gratuito, laico, vinculado à produção social e controlado por aqueles que trabalham e estudam se choca com a reforma educacional do governo. Trata-se de uma reivindicação que unifica os explorados contra os exploradores. E permite a luta pelo livre acesso aos níveis mais elevados de ensino. Os

das fundações (empresas) no interior das universidades públicas. Um passo na privatização do ensino gratuito. E mantém os subsídios estatais às universidades tidas como filantrópicas. Uma ajuda às escolas das Igrejas. Pode-se ver que o conteúdo da reforma é privatizante.

Portanto, o governo do PT dá prosseguimento da diretriz do Banco Mundial. As promessas de elevação dos investimentos à educação não saíram do papel.

Os governadores, que aparentemente comparecem como oposição, como é o caso do PSDB, estão de comum acordo com o governo federal de que é preciso reduzir a responsabilidade do Estado para com a educação, cortando recursos e ampliando a mercantilização.

mecanismos instituídos pelos governos para reforçar a seleção dos estudantes, como os vestibulares, devem ser eliminados se de fato erguemos a bandeira democrática da educação gratuita.

Rejeitar integralmente a reforma educacional é se colocar no campo de classe. Isso determina a forma da luta, ou seja, o método. A burocracia sindical, como não a rejeita de conjunto, só pode se apoiar no método da colaboração de classe, nas negociações parlamentares. A derrubada da reforma educacional depende da unidade dos explorados e do método genuíno dessa classe, que é a ação direta. Por isso, derrotar a reforma é organizar a luta coletiva para enfrentar os governos que são subservientes à orientação imperialista traçada pelo FMI/Banco Mundial.

## Por que rejeitar integralmente a Reforma Sindical

A reforma se apóia em dois pilares: 1) o intervencionismo estatal; 2) redução da democracia sindical. O que significa maior controle do Estado sobre os organismos dos trabalhadores e diminuição do poder de decisão e manifestação dos assalariados.

### 1. Mantém e reforça o intervencionismo do Estado sobre as organizações dos trabalhadores

O intervencionismo estatal nos sindicatos está em choque com a reivindicação de independência em relação ao Estado e ao patronato. Ao contrário do

argumento de que a legislação varguista está envelhecida e que é preciso modernizá-la, a reforma sindical reforça o controle do Estado sobre as organizações dos trabalhadores. Alguns exemplos:

a) Art. 8: "A aquisição da personalidade sindical, que habilita ao exercício das atribuições e das prerrogativas sindicais, depende de prévio registro dos atos constitutivos da entidade e do reconhecimento de representatividade. Os atos constitutivos e os estatutos das entidades sindicais serão inscritos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas. O Ministério do Trabalho e Emprego deverá providenciar ampla e pe-

riódica divulgação das entidades dotadas de personalidade sindical. Os setores econômicos e os ramos de atividades serão definidos por ato do Ministério do Trabalho".

Portanto, quem autoriza o funcionamento de um sindicato ou de uma Central é o governo por meio do Ministério do Trabalho. E dá às burocracias das Centrais o poder de criar sindicatos sem comprovar a tal da representatividade. Não há liberdade de criação dos organismos dos trabalhadores.

b) Art. 38. "considera-se exclusividade de representação a concessão de personalidade sindical a um único sindicato

no respectivo âmbito de representação". Ou seja, só um sindicato no âmbito estabelecido e reconhecido pelo governo é que pode firmar acordo com a patronal.

Critica-se a unicidade sindical imposta por Vargas, mas arruma uma fórmula para mantê-la vigente.

c) O Art. 27, determina a quantidade de afastamentos sindicais permitidos por Sindicato, Central, Federação e Confederação. Vemos que os critérios para afastamento sindical ("estabilidade") são determinados pela legislação do Estado. d) O art. 179: "compete ao juiz do trabalho do local da paralisação o julgamento da demanda de prevenção e repressão à conduta anti-sindical praticada durante a greve". O Ministério Público do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho disciplinam o funcionamento da greve e o julgamento dela.

Como se vê, o intervencionismo do Estado está assegurado em quase todos os artigos da Reforma Sindical. Desde os critérios para a criação dos sindicatos, seu funcionamento (estatuto), distribuição das taxas negociais, critérios para o afastamento de dirigentes e normas para coibir a luta dos trabalhadores contra os governos e a patronal. A reforma sindical estatiza ainda mais os sindicatos.

Trata-se de uma conjunto de medidas anti-trabalhadoras e de proteção à classe exploradora. O fim do imposto sindical (de forma gradativa) não vem para eliminar os "sindicatos fantasmas". O imposto sindical será substituído pelas taxas negociais, que certamente serão

muito lucrativas para as burocracias sindicais. Portanto, nada tem a ver com um princípio elementar de independência em relação ao Estado.

## **2. Cerceia ainda mais a democracia sindical**

Outro sustentáculo da Reforma Sindical é a limitação da democracia operária (sindical). O direito de livre manifestação contra o capital e o Estado é restringido pelos artigos que compõem o capítulo IV- "Da ação em matéria de greve". Eis alguns exemplos:

a) Os artigos 179, 181 e 189, que determinam o funcionamento da greve, são atentados contra o direito de greve porque além de legitimar o contrato de trabalhadores fura-greves, estabelecem as "garantias de serviços mínimos" e reforçam as multas.

b) Impõe uma representação por local de trabalho controlada e limitada, impedindo a livre organização.

c) Institui um organismo por cima dos sindicatos, o Conselho Nacional das Relações de Trabalho, formado por representantes das burocracias das Centrais, empresário e governo, para firmar o "diálogo social". Assim, submetem os trabalhadores à política do capital.

d) Anula a soberania das assembleias de base e reforça o poder das burocracias das Centrais.

Está aí por que as direções das Centrais se empenham em defender a Refor-

ma. O governo legaliza as Centrais e atribui-lhes o poder de "negociar" em nome dos trabalhadores, criar sindicatos e receber contribuições sem a necessidade do aval das assembleias de base.

A Reforma Sindical do governo Lula mantém a legislação autoritária do getulismo. Ou seja, o Estado atua disciplinando e neutralizando os sindicatos como instrumentos independentes e democráticos dos trabalhadores.

Essa é a demonstração de que nenhum governo que se coloca no campo de administrar os negócios da burguesia pode permitir a liberdade sindical.

Os trabalhadores da educação têm de rejeitá-la. O combate à reforma pressupõe a luta contra a burocracia estatizante que domina os sindicatos e a Central. Não estamos entre aqueles que diante de uma ataque violento como o da reforma sindical se coloca por dividir a CUT. Trabalhamos por construir as frações classistas no interior dos sindicatos para poder varrer com a burocracia e enfrentar os ataques governamentais.

O que os trabalhadores devem defender:

Independência total das organizações sindicais;

Plena liberdade dos trabalhadores criarem e modificarem seus sindicatos;

Fim de todo intervencionismo do Ministério do Trabalho e de outros organismos do Estado;

Direito irrestrito de greve.

## **Campanha Salarial: Paralisar as escolas, realizar uma assembleia massiva e exigir as reivindicações**

Foi aprovada a assembleia com paralisação para o dia 20 de abril. Os Encontros Regionais devem discutir e organizar a paralisação. A defesa do emprego, do reajuste salarial e das conquistas trabalhistas devem ser o eixo dessa campanha. Como afirmamos acima, os governos seguem com a reforma educacional que é um ataque aos trabalhadores da educação e aos estudantes e estão prontos para impor a Reforma Sindical, que é a via para destruir os direitos dos assalariados.

A maioria da diretoria da Apeoesp, Articulação/PT e PCdoB, não move uma palha para organizar a luta coletiva. Ao contrário, é a favor do Fundeb e das

Reformas do Ensino Superior e Sindical. Portanto, colabora com o governo. As denúncias de malversação de dinheiro por parte de Alckmin e de alguns aspectos da política do PSDB não servem de instrumentos para combatê-lo.

No reunião do Conselho Estadual da Apeoesp, essa ala da diretoria já dava por encerrada a campanha salarial. Só concordou com uma nova assembleia sob pressão dos manifestantes. Se depender dela, o governo estará livre para manter o arrocho salarial, demitir, fechar escolas e impor as novas medidas da reforma educacional.

Por outro lado, as assembleias vazias e a omissão de uma parcela do magisté-

rio atuam em favor das medidas governamentais. É preciso vencer dois obstáculos: a) o colaboracionismo da direção; b) o descrédito dessa parcela de professores.

É fundamental que no Encontro Regional seja implementada a decisão de paralisar as escolas para que haja uma assembleia de massa e aprovar a via da mobilização direta. A experiência tem nos mostrado que os governos só ouvem o magistério quando este entra em greve.

20 de abril é dia de paralisação. Vamos dar um basta à miséria salarial, ao desemprego e à superexploração do trabalho. Vamos defender a educação pública contra a privatização.

**A Corrente Proletária faz a campanha pela isenção de taxas ao vestibulinho da Fatec.**

## **Total isenção das taxas**

# **Que nenhum jovem seja impedido de prestar o vestibular Campanha pelo fim dos vestibulares e acesso livre a todos os níveis de ensino**

A maioria da juventude pobre está fora da escola. Dos 34 milhões de estudantes que se encontram no nível fundamental, somente 9 milhões têm acesso ao nível médio. É bom lembrar que as escolas federais de nível técnico possuem menos de 100 mil estudantes (82.293). Juntando todos os Estados, o nível técnico da rede estadual atende apenas 179 mil alunos. Todos esses dados se referem ao Brasil inteiro. Está aí a maior razão de defender o fim das taxas e dos vestibulares para que todos tenham o direito de ter o acesso a qualquer etapa dos estudos.

O Estado de São Paulo, o mais rico da federação, mantém também a juventude fora da escola. São poucas as escolas de nível técnico que são públicas. Por isso, o governo cria obstáculos, cada vez mais

intransponíveis, para impedir o acesso. Os vestibulares são verdadeiras loterias, que acabam favorecendo quem têm mais dinheiro, quem têm mais tempo para os estudos e aqueles que tiveram acesso aos livros e à educação desde o berço.

Para a maioria da juventude dos bairros pobres o funil à educação começa cedo. Os filhos dos trabalhadores não freqüentam o ensino infantil, porque as vagas nas escolas públicas são limitadas. Quando chegam ao fundamental, vão às escolas com muitas dificuldades, chegando ao ponto de ir apenas para ter o que comer (merenda). São empurrados, desde pequeno a fazer bicos de toda natureza. E aqueles que terminam o nível fundamental, encontram as barreiras para alcançar o médio. As vagas são

poucas, o período noturno ficou restrito a poucas escolas e a jornada de trabalho acaba sendo incompatível com os estudos. Com isso, uma parte fica fora da escola. Mais grave ainda é o ensino médio técnico, que é ultra-limitado.

Como se vê, a juventude é violentada num direito elementar, que é o dos estudos. E não há como defender o acesso à escola se não estiver combinado com o direito ao trabalho. Por isso, a luta é por:

**Nenhum jovem sem escola; nenhum jovem desempregado; salário compatível com as necessidades.**

**Fim de todas as taxas que impedem o livre acesso à escola**

**Fim dos vestibulares**

**Passe livre nos transportes coletivos aos estudantes e desempregados.**



## **Direção do sindicato metalúrgico do ABC, chapa um (Articulação/PT), não fala a verdade sobre a reforma sindical**

A direção do sindicato, que declarou apoio total ao governo PT/Lula, está usando a Tribuna Metalúrgica para defender a reforma sindical, que é resultado da colaboração das direções das Centrais Sindicais – CUT (Marinho), Força Sindical (Paulinho) – com o Governo e patrões. Ainda mais: não fala a verdade sobre o projeto de reforma sindical que foi enviado ao Congresso.

A primeira mentira é quando diz que a reforma sindical não vai acabar com o direito de greve. A reforma sindical diz que: “O sindicato tem que informar a greve com 72 horas de antecedência, os trabalhadores devem manter os serviços essenciais funcionando, a empresa poderá contratar trabalhadores para substituir os grevistas, e mais, que a greve não poderá causar prejuízos para a empresa”.

Como vemos, a reforma que a CUT e a Força Sindical estão apoiando reforça a legislação contra a greve. Avisar 72 horas antes de acontecer a greve é dar tempo suficiente para os patrões se armarem para derrotar a greve. Manter os serviços essenciais e o número de trabalhadores necessários de acordo com a empresa é decretar também a derrota da greve. Basta que verifiquemos um exemplo: se os operários aprovarem a greve contra as demissões e o patrão estipular que é necessário rodar 50% da produção e não houver acordo com a direção do sindicato, a empresa poderá contratar trabalhadores para substituir os grevistas. Portanto, a reforma sindical pretende instituir uma greve que não prejudique os patrões. Não por acaso que os capitalistas aceitaram de pronto a tal reforma. E o mais grave, não existe greve que não

cause prejuízo aos patrões.

A segunda mentira é quando a direção do sindicato diz que a reforma sindical vai acabar com os sindicatos pelegos. Falso. A reforma fortalece o poder da burocracia sindical pelega, que receberá mais dinheiro por meio das taxas negociais e poderá “negociar” por cima das assembleias de base dos sindicatos.

Os trabalhadores devem se colocar contra a reforma sindical do governo Lula/CUT/Força Sindical/empresários. E defender:

Que o Estado reconheça o direito ir-restrito dos trabalhadores se organizarem nas comissões de fábrica, nos sindicatos e nas Centrais Sindicais.

Nenhuma intervenção do Estado nos organismos dos trabalhadores.

Fim de toda legislação que impede o direito de greve

# As Revoluções burguesas e as revoluções proletárias

O Partido Operário Revolucionário iniciou seus estudos sobre as Revoluções. A primeira parte do curso será sobre as revoluções burguesas. No dia 3 de abril houve a discussão sobre a Revolução Inglesa de 1640. No dia 8 de maio, será a Revolução Francesa de 1789. No dia 5 de junho, a Revolução Alemã de 1848. No início de julho fará um debate geral sobre as conclusões dessa primeira etapa das revoluções burguesas. Em seguida, iniciará os estudos sobre as revoluções proletárias. O objetivo é elevar a compreensão da militância e ativistas do movimento sindical, popular e estudantil da necessidade de fortalecer o partido-programa, que tem como estratégia a revolução e ditadura proletárias.

Participe da formação política do POR.

Publicamos abaixo as conclusões debatidas no primeiro domingo de abril

## Conclusões de Marx e Trotsky sobre a Revolução Inglesa de 1640

1. A Inglaterra capitalista foi preparada pela revolução política da metade do século XVII e pela revolução industrial do século XVIII.

2. A revolução inglesa do século XVII, escola do puritanismo, severa escola de Cromwell, preparou o povo inglês, mais exatamente as suas classes médias, para seu papel mundial posterior. A partir da metade do século XVIII, a potência mundial da Inglaterra se fez indiscutível.

3. O caráter dos Independentes, pequenos burgueses, negociantes, artesãos, agricultores livres, pequena nobreza rural, chocou-se com o caráter das classes dirigentes: nobreza cortesã, altos funcionários, episcopado.

4. Os partidários da Igreja episcopal ou anglicana, meio católica, formavam o partido da Corte, da nobreza e, naturalmente, do alto clero. Os presbiterianos formavam o partido da burguesia, o partido da riqueza e das "luzes". Os independentes, e, sobretudo, os puritanos, constituíam o partido da pequena burguesia e da pequena propriedade. Os Levellers (niveladores) eram o nascente partido da esquerda da burguesia ou plebe.

5. Sob as aparências de querelas entre Igrejas, sob a forma da luta pela organização religiosa da Igreja, as classes se determinavam e se agrupavam sobre novas bases burguesas. Na política, o partido presbiteriano defendia uma mo-

narquia limitada; os independentes, que eram chamados de reformadores radicais, defendiam a república. A dualidade dos presbiterianos correspondia perfeitamente aos interesses contraditórios da burguesia, coagida entre a nobreza e a plebe.

6. A luta do Parlamento contra o poder pessoal de Carlos I e a severa ditadura de Cromwell foram preparados pela história anterior da Inglaterra. Isso significa tão somente que as revoluções não se fazem arbitrariamente, mas que nascem de uma maneira orgânica das condições do desenvolvimento social e constituem etapas inevitáveis no desenvolvimento das relações das classes.

7. Cromwell defendia os interesses da nova sociedade burguesa contra a antiga sociedade aristocrática. Cromwell não formava somente um exército: formava um partido. Seu exército era, em certa medida, um partido em armas, e isto foi justamente o que lhe deu sua força. Sob a pressão do exército e, sobretudo, de sua esquerda mais enérgica, Cromwell se vê obrigado a executar Carlos I. Não é unicamente a Carlos I, mas sim ao absolutismo monárquico a quem os puritanos deram um golpe mortal.

8. Na realidade, a ditadura de uma classe, da única que era capaz de libertar o núcleo da nação das velhas ligaduras, das velhas cadeias, revestiu aqui, no curso de uma profunda transformação social, a forma de uma ditadura pessoal.

9. A tarefa de Cromwell consistia em acertar o golpe mais terrível à monarquia absoluta, a nobreza parasitária e a Igreja quase católica, adaptada à necessidade da monarquia e da nobreza. Sob sua direção, a revolução adquiriu a impetuosidade que lhe era necessária.

10. O proletariado da Inglaterra tem de desenterrar a revolução e descobrir nela, sob as escamas da religiosidade, a luta formidável das forças sociais. Estudar a época revolucionária do desenvolvimento da Inglaterra, época que durou aproximadamente desde a convocação forçada do Parlamento por Carlos Stuart até a morte de Oliver Cromwell, é antes de tudo necessário para compreender o lugar do parlamentarismo, e em geral do direito na história.

11. Depois da morte de Cromwell e de um curto período de governo de seu filho, o Parlamento novamente eleito decide pela restauração da monarquia. Após a "revolução gloriosa", o novo rei, Guilherme III, teve de aceitar o famoso Bill de direitos que estabeleceu a validade incondicional das leis promulgadas pelo Parlamento.

12. A revolução industrial do século XVIII, que transformou a Inglaterra, teria sido impossível sem a revolução política do século XVII. Sem uma revolução feita em nome dos direitos da burguesia contra os privilégios aristocráticos.

**Nesta edição:**

- Bolívia: Lutar pelo impossível!
- Chile: A Burguesia Move Seus Peões
- A crise no Quirguistão e o avanço da restauração capitalista

**Artigos do Cerqui  
Comitê de Enlace  
pela Reconstrução  
da IV Internacional**



## Bolívia: Lutar pelo impossível!

Mesa e seu inútil governo inventam os argumentos mais absurdos para convencer os explorados a abandonar a luta (portanto morrer de fome) e permitir que o país continue em sua condição de atraso enquanto as multinacionais saqueiam os recursos e a miserável burguesia nativa vive das migalhas deixadas por elas.

Mesa propôs um pacto antibloqueio aos diferentes setores sociais com argumento de que não são necessários, pois o governo está aberto ao diálogo e procura atender as reivindicações dos explorados no “marco do possível”.

Precisamente aí está o problema. O bloqueio, assim como a greve, e outros métodos de ação direta das massas são medidas de pressão que procuram paralisar a atividade econômica do país para atender as reivindicações dos diferentes setores explorados que de outra forma não são ouvidos. Isso porque o regime burguês, imerso na crise estrutural do capitalismo em nível mundial (a grande propriedade privada dos meios de produção impede o desenvolvimento das forças produtivas), está impossibilitado de atender as reivindicações básicas das massas.

Estão fora de suas possibilidades resolver o desemprego massivo, pagar um salário mínimo que cubra o custo da cesta básica familiar (o mínimo indispensável para repor a força de

trabalho do operário e sustentar a sua família), proporcionar serviços básicos de água, eletricidade, esgoto, gás etc., acessíveis a todos, proporcionar número suficiente de vagas para a educação pública, orçamento necessário para as universidades, educação pública única e gratuita, atender devidamente a saúde pública e a previdência social, distribuição de terras aos camponeses, recuperar a propriedade de nossas riquezas naturais, enfim tirar o país do atraso e de sua condição de semicolônia dos países imperialistas.

Com resposta a pretensão do governo, os mineiros aposentados bloquearam a rodovia principal que liga La Paz a Cochabamba, pedindo a devolução do dinheiro entregue ao FONVIS.

Nós explorados somos obrigados a lutar pelo que é impossível para a classe dominante nativa e seu amo imperialista resolverem. A luta elementar pelo pão, a saúde, a educação, a soberania nacional nos obriga a passar por cima da ordem burguesa imperante e instaurar o governo operário e camponês, que acabe com a grande propriedade privada burguesa nativa e imperialista, ou seja, com o poder burguês e instaure a propriedade social dos meios de produção.

(extraído do Masas boliviano nº 1940, de 11/3/2005)

## Chile: A Burguesia Move Seus Peões

Foi lançada a campanha presidencial e todos os meios patronais e reformistas estarão se empenhando esse ano em colocar todas as atenções dos explorados no circo das eleições burguesas em nosso país, super-explorado e submetido ao imperialismo.

As últimas eleições municipais indicaram que o mais provável é que, em dezembro, a “Concertação” (Partido Socialista, Democracia Cristã, Partido pela Democracia e o Partido Radical Social Democrata) volte a ser vencedora, o que coincide com os interesses do imperialismo (que também não vê com maus olhos um governo de Lavin da “Aliança pelo Chile”). Sabem que é a “Concertação” que oferece maiores garantias de

estabilidade e sendo, assim como a direita, incondicional aos interesses ianques.

Uma das formas que a “Concertação” achou para cativar o interesse da população nestas eleições, em que todos os candidatos têm as mesmas propostas (entregar o país para as multinacionais), é a de apresentar como candidatas mulheres (Soledad Alvear da Democracia Cristã e Michelle Bacheletti).

As fileiras oficialistas, fazendo demagogia, pretendem argumentar que uma candidata levaria como bandeira um avanço nos direitos femininos e uma nova era na democracia chilena. Mas isso não passa de conto de fadas.

Alvear e Bachellet seguirão a mesma linha antinacional e antioperária que ca-

racterizaram os três governos da “Concertação” (Aylwin, Frei e Lagos), que procuram iludir as massas na democracia, para servirem aos interesses das multinacionais.

Durante esses governos (com o apoio incondicional da direita), o salário foi rebaixado, as condições de trabalho foram precarizadas, abriu-se uma luta sem trégua contra as organizações sindicais, avançou-se o processo de erradicação da saúde e educação públicas, privatizaram-se quase todas as empresas do Estado. Em uma só palavra: consumaram a tarefa contra-revolucionária iniciada pela Ditadura Pinochet.

Alvear-Bachellet ou Lavin (pelo pinochetismo), não farão outra coisa senão

seguir o caminho da entrega e submissão ao imperialismo norte-americano. Essa submissão ao Império, que impõe o saque e a repressão das massas exploradas, constitui a base dos “consensos em nível de país” como gostam de dizer os políticos da burguesia.

Por outro lado, à esquerda reformista, liderada pelo Partido Comunista, mostrando seu habitual colaboracionismo de classe, não faz outra coisa senão jogar suas fichas nas reformas “democráticas” que humanizem o capital, com a ladainha de que “outro mundo é possível”.

Tal perspectiva é um reflexo das concepções estalinistas revisionistas de que é possível alcançar o socialismo pela via pacífica e eleitoral.

A tragédia iniciada pela Unidade Po-

pular e seu fracasso sob as botas do fascismo, cujos efeitos ainda estamos sofrendo, é a clara demonstração de que o eleitoralismo não conduz os explorados à sua libertação.

Neste ano eleitoral, nós revolucionários estamos obrigados a intervir nas eleições, pois as massas ainda têm suas ilusões na democracia burguesa. Isso significa, participar desse processo com a única finalidade de utilizar os espaços para propagandar o programa revolucionário e assinalar que só a via da ação direta e das mobilizações imporão as reivindicações dos explorados. Jamais a via eleitoral!

A libertação dos explorados dirigidos pela classe operária alcança sua primária, mas fundamental expressão, na instauração da ditadura do proletariado.

E não em nenhuma outra forma de governo. Nem governos populares, nem dos de baixo, nem nos democráticos nacionalistas como o de Chávez.

Um Governo Operário e Camponês, fruto da luta de massas, assentado nas organizações de poder das massas insurretas, constitui a essência da estratégia proletária e a única saída diante da crise de decomposição que arrasta o mundo e o Chile à crescente miséria e à barbárie.

Sob essas concepções, próprias do marxismo-leninismo-trotskyismo, o ano de 2005 deverá ser o de defesa das bandeiras da revolução no sentido de avançar e superar as concepções eleitoralistas, que continuam vivas nas esquerdas.

(extraído do Jornal “Contra a Corrente” nº 2 de março de 2005)

## A crise no Quirguistão e o avanço da restauração capitalista

As ex-repúblicas soviéticas enfrentam as conseqüências da restauração capitalista, responsável pela desintegração da União Soviética, e o avanço do intervencionismo econômico e militar imperialista. Essas repúblicas, boa parte anexadas por imposição da política de Josef Stalin, não puderam alcançar as conquistas da revolução socialista. Ao contrário, a manutenção da opressão nacional impediu que a soberania desses povos fosse elemento essencial para que pudessem se livrar do passado colonialista e se integrassem livremente à União Soviética como parte da revolução proletária. Sob a pressão da burocracia russa, que pretende mantê-las sob seu controle, e também sob pressão das potências imperialistas, em particular dos Estados Unidos, os conflitos internos se avolumaram e transformaram em guerras civis, a exemplo dos acontecimentos da Geórgia, Ucrânica e Quirguistão.

Por detrás da luta interna para derrubar governos pró-Rússia, estão os interesses dos Estados Unidos apoiando uma das frações regionais em disputa. O domínio da Ásia Central é fundamental para o expansionismo norte-americano. Não basta o consentimento para a instalação de bases militares, como as já existentes no Usbequistão e Quirguistão, Os Estados Unidos exigem o controle direto das fontes de energia em torno do Mar Cáspio. Ocupar a Ásia Central, sem a necessidade de ir ao conflito bélico como ocorreu no Afeganistão e no Iraque, é uma das vias intervencionistas do imperialismo.

No recente conflito do Quirguistão, o que esteve em jogo foi a disputa de duas alas da burocracia local: de um lado, os regidos pela política de Putin (Rússia) e, de outro, os que se colocam pela política neoliberal dos Estados Unidos, acobertada pela democracia eleitoral-parlamentar. As massas, atingidas pela crise econômica e, em meio às denúncias de corrupção do governo, são empurradas para a farsa das eleições livres como solução da miséria.

O movimento que derrubou o presidente do Quirguistão,

Askar Akayev, assemelha-se aos ocorridos na Geórgia em 2003 e na Ucrânia em 2004. No Quirguistão, a ala oposicionista tomou o poder, estabeleceu um governo provisório e convocou eleições presidenciais para junho. Na Ucrânia, as massas que se concentravam nas ruas exigiam eleições democráticas e estavam sob a política do pacifismo burguês. No Quirguistão, a direção do movimento foi obrigada a usar a força militar para conter a população faminta que saqueava estabelecimentos comerciais e o palácio do governo. O que mostra que as massas procuravam a via direta para resolver suas necessidades.

Os problemas do Quirguistão vêm de longa data. Um pequeno país cercado pela China, Rússia e pela guerra imperialista no Afeganistão e Iraque. Sua história está marcada pela ocupação turca, pela dominação mongólica, pela anexação ao império chinês, pela incorporação à monarquia czarista russa e pela anexação estalinista a URSS. A independência formal obtida em 1991 foi parte da dissolução das repúblicas soviéticas que compunham a URSS. Askar Akáiev foi confirmado Presidente da República e se manteve no poder até o recente conflito. A crise econômica se avolumou, a miséria das massas cresceu e a pressão do capital imperialista se tornou mais forte. A burocracia governamental recorreu à repressão contra os grupos oposicionistas, entre eles os islâmicos, aumentando os choques internos.

O que vemos no Quirguistão são as frações da burocracia em disputa. Trata-se de uma disputa que divide a população. A ausência de um partido marxista-leninista é um problema a ser solucionado pelas massas em luta. Sem esse instrumento, não será possível separá-las da influência dessas frações burocráticas. Por outro lado, o terrorismo islâmico, que é nacionalista, é uma trava para a elevação política e organizativa da vanguarda. A derrota de conquistas da revolução proletária de 1917 pelo estalinismo, trouxe como resultado o aumento da opressão nacional e os choques de burocracias em torno do poder do Estado.